

FH anuncia medidas hoje

Comissão de Controle Fiscal congela vaga de servidores e corta mordomia de funcionários

Maria Luiza Abbott, Hugo Marques e Leandra Peres

WASHINGTON e BRASÍLIA

O presidente Fernando Henrique Cardoso deve anunciar hoje as linhas básicas do programa de ajuste fiscal a ser enviado ao Congresso. Segundo uma autoridade do Governo brasileiro, o presidente deverá anunciar as metas de redução do desequilíbrio das contas públicas. Ontem, o Governo anunciou um conjunto de ações para diminuir os gastos públicos, que incluem o fim da mordomia de servidores que só viajavam em vôos de primeira classe, cancelamento de vários concursos públicos, suspensão do número de viagens nacionais e internacionais de funcionários e a diminuição da reposição de servidores que se aposentam. Estas medidas foram encaminhadas pela Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF), em forma de minutas de decretos-lei, à Casa Civil da Presidência da República. Outras medidas serão anunciadas por intermédio de portarias ministeriais. A ministra da Administração e Reforma do Estado, Cláudia Costin, disse que a economia do Governo com as medidas é incalculável.

Reposição de servidores será limitada

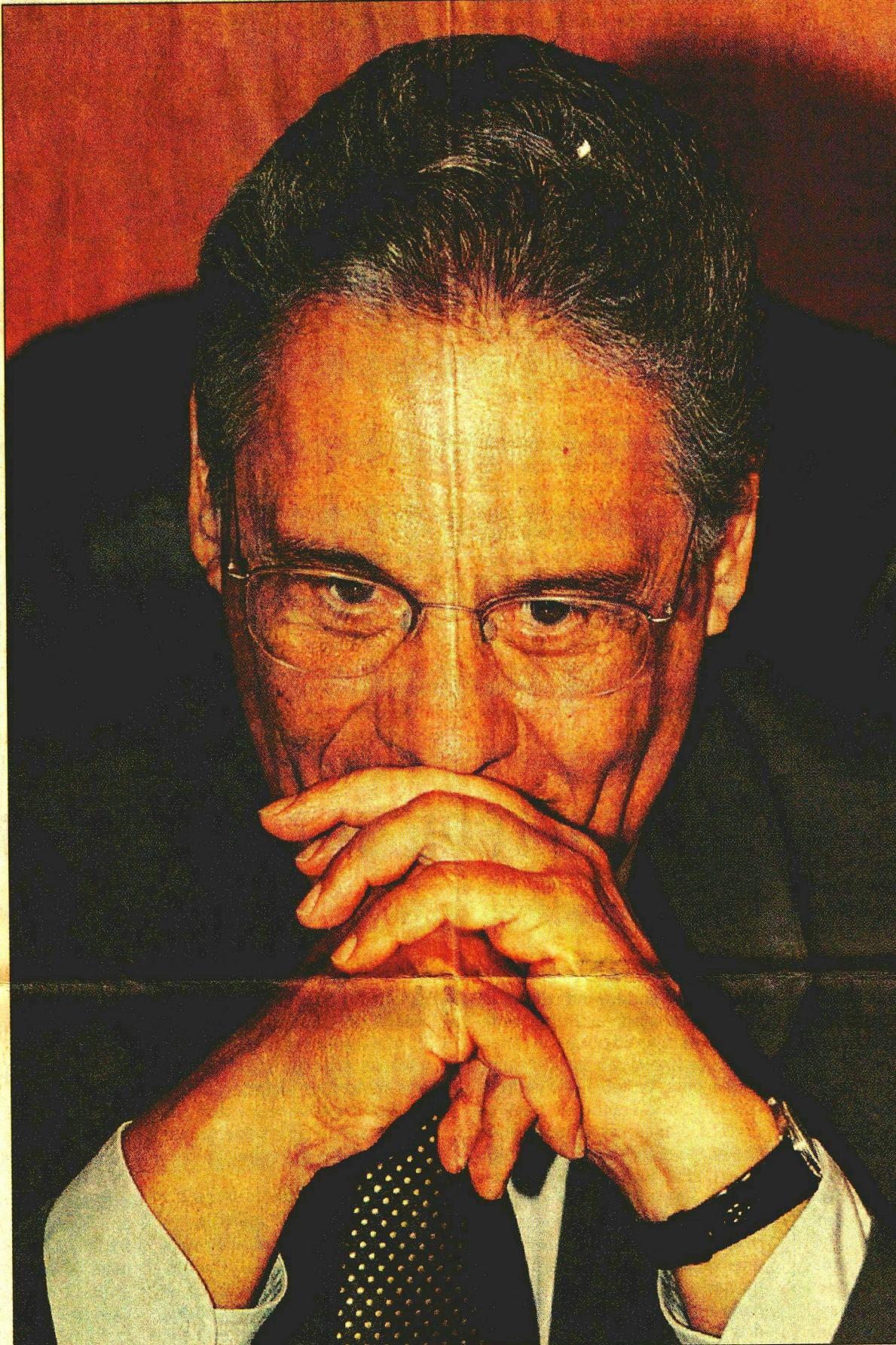
A mais profunda das restrições, segundo a ministra, é o cancelamento das substituições de servidores públicos federais. O Governo federal vinha contratando um servidor a cada três que se aposentavam ou que abandonavam o serviço público. Segundo proposta apresentada ontem pela CCF, esta proporção cai para um servidor contratado a cada seis afastados do serviço público. De 15 mil vagas anuais, o Governo federal só vai contratar 2.500 servidores, a metade do que estava previsto. Somente com esta medida, o Governo vai economizar cerca de R\$ 48,7 milhões por ano. A reposição de servidores, quando autorizada, será feita apenas nas 19 áreas consideradas estratégicas pelo Governo, como por exemplo agentes e delegados da Polícia Federal, diplomatas, especialistas em gestão pública, fiscal do trabalho, perito criminal e analista de orçamento.

A CCF sugeriu ainda o cancelamento de todos os concursos que ainda não tiveram o edital publicado. Deixarão de ser contratados bibliotecários, técnicos em planejamento, técnico do Tesouro, técnicos de hospitais universitários, professores entre nove concursos que seriam realizados ainda este ano. O concurso para analista de Orçamento, mesmo sendo prioridade do Governo, será revisto, com a contratação de um número menor de técnicos. A ministra Cláudia Costin afirmou que estão suspensas as contratações de 7 mil servidores de carreiras consideradas estratégicas, concursos que estavam previstos para acontecer nos próximos quatro anos. Alguns concursos de carreiras específicas, como especialista em políticas públicas, disse a ministra, também poderão ser revisados, com número menor de admissão. Pessoas que já foram aprovadas em concursos e que ainda não foram chamadas, deverão ter contratação garantida, segundo a ministra.

Os maiores cortes do Governo serão feitos na área de compra de passagens. O ministério publicou ontem portaria no Diário Oficial da União suspendendo todas as autorizações de viagens ao exterior para participação de servidores em cursos, seminários, encontros e congressos. Medida semelhante já tinha sido adotada pelo Ministério da Fazenda. Nas próximas semanas, todos os ministérios irão publicar portarias semelhantes, segundo Cláudia Costin, adotando sugestão da área econômica. O Governo federal espera economizar R\$ 250 milhões com a redução na compra de viagens, a metade do que vinha gastando por ano.

— No Ministério da Administração, por exemplo, a redução de viagens cai para quase zero — disse Costin.

O Governo também restringirá a lista de autoridades que viajam na primeira classe de vôos nacionais e internacionais. Somente poderão viajar na primeira classe o presidente da República e pessoas por ele indicadas, ministros e oficiais supe-



O PRESIDENTE Fernando Henrique: meta de corte de gastos para equilibrar contas públicas deverá ser anunciada hoje

riores.

Outra determinação do Governo federal, que também foi enviada à Casa Civil ontem, é para que todos os órgãos públicos comprem passagens que estejam em promoção.

O Governo anunciou ainda a transferência das contas da Previdência Social do Banco do Brasil para a conta única do Tesouro Nacional. A medida, segundo Pedro Parente, evita o pagamento dos juros bancários, já que o déficit ocorrerá no Tesouro. A transferência irá facilitar o financiamento dos déficits da Previdência, segundo Pedro Parente. O Ministério da Previdência passará a ter o mesmo tipo de controle dispensado a outros ministérios da Esplanada.

Pedro Parente preferiu não polemizar sobre o reajuste anunciado pela Presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aos magistrados. Parente afirmou que este reajuste já estava previsto em lei, sendo retroativo a janeiro, e que os juízes apenas resolveram adotá-lo. Parente disse que, da forma pela qual o aumento foi concedido, evitará exten-

são do reajuste aos juízes classistas. Parente considerou positiva a iniciativa dos magistrados em autoconceder aumento, mas não soube explicar os motivos pelos quais o Executivo não anunciou este aumento antes, se estava previsto em lei.

Os assalariados que recebem mais de R\$ 1.800,00 por mês dificilmente vão escapar de continuar pagando 27,5% de seus rendimentos ao Leão nos próximos anos. A prorrogação do aumento, que entrou em vigor no pacote passado e deveria acabar no final de 1999, já está sendo analisada pela equipe econômica como uma das medidas do pacote fiscal para enfrentar a crise internacional. Ainda não há consenso sobre a medida, mas a manutenção da alíquota do IR em 27,5% vem sendo considerada pela equipe econômica como uma saída mais viável do que uma elevação do tributo, que dificilmente seria aprovada no Congresso.

Se o Governo decidir por elevar a alíquota do IR para iniciar a cobrança em 1999, terá que aprovar o projeto no Legislativo até o final do ano, pois os aumentos de impostos têm que ser aprovados no

Reuters

AS MEDIDAS QUE ESTÃO SENDO

ESTUDADAS PELO GOVERNO

O QUE PODE SER DECIDIDO:

• **CORTES:** O Orçamento da União para 1999, encaminhado no fim de agosto ao Congresso, terá que ser refeito porque o Governo vai cortar gastos para cumprir as novas metas de superávit primário. A área econômica gostaria de retirar o Orçamento do Congresso e enviar um novo projeto. A Casa Civil, porém, acha que o projeto atual pode ser emendado no Congresso.

• **CORTE AUTOMÁTICO:** Estuda-se um mecanismo automático de controle das despesas. O "gatilho fiscal", como está sendo chamado o mecanismo, obrigaria os órgãos do Governo a cortar despesas sempre que os gastos atingissem um determinado limite preestabelecido.

• **LEI DE FINANÇAS PÚBLICAS:** Será encaminhado ao Congresso ainda em outubro o projeto da Lei de Finanças Públicas, regulamentando o artigo 165 da Constituição. A nova lei vai tornar mais transparente a elaboração dos orçamentos de União, estados e municípios e facilitar o controle do déficit.

• **CPMF:** A alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) pode aumentar. Hoje, a alíquota é de 0,20% mas pode ser elevada para 0,25% por simples portaria do ministro da Fazenda. Aumentos maiores têm que ser negociados com o Congresso.

• **IMPOSTO DE RENDA:** Pode ser prorrogada a alíquota de 27,5% do IR que incide sobre salários acima de R\$ 1.800 e que ficaria em vigor até o fim de 1999. Dentro da equipe econômica, há quem defenda o aumento da alíquota para 30%.

• **IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO:** O Governo também estuda aumentar o imposto de importação sobre o petróleo.

• **INCENTIVOS:** Os incentivos fiscais para o Nordeste e a Zona Franca de Manaus deverão ser reduzidos.

• **APOSENTADORIA:** A contribuição previdenciária dos servidores públicos, que atualmente está em 11%, pode ser elevada.

ano anterior ao recolhimento. A única alternativa seria fazer a mudança através de uma medida provisória, mas neste caso o Congresso também teria que aprovar antes da primeira reedição. Ou seja, o Governo teria que mandar a MP até 30 de novembro e o Congresso aprovar até 0 de dezembro.

O bolso do brasileiro também vai sofrer com o aumento da CPMF. O projeto que deverá ser enviado ao Congresso proporá uma elevação da alíquota dos atuais 0,2% para 0,5%, mas o Governo concorda em negociar uma redução. Segundo fontes da equipe econômica, se a CPMF aumentasse neste valor poderia acabar gerando um aumento da negociação que anularia parte dos ganhos esperados. Hoje, o Governo arrecada cerca de R\$ 8 bilhões anuais com a cobrança da contribuição. A proposta em estudo deve prever algum mecanismo para compensação da CPMF no IR. O aumento da arrecadação aconteceria porque a economia informal, que tem conta em banco mas não recolhe imposto de renda não teria como compensar o que foi pago em CPMF. ■